

Violência contra mulheres e políticas públicas de acolhimento para saúde mental.

Camila Fernanda Mathias Pereira (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Crishna Mirella de Andrade Correa (Orientadora). E-mail: ra124505@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Maringá, PR.

Palavras-chave: abuso sexual; estupro; estupro de vulnerável; meninas; pesquisa quantitativa; saúde mental; violência;

RESUMO

Estupros reiteradamente são noticiados na sociedade brasileira. Na esfera psíquica acarretam profundas consequências à vítima, como depressão e transtorno de estresse pós-traumático. Assim, é essencial um estudo psicológico interligado com o direito e seus tipos penais para a compreensão das consequências e formas de “amenizá-las”. Para isso, a pesquisa visou explicar os tipos penais que versam sobre estupro e estupro de vulnerável, por meio de uma análise teórica, ou seja, partindo-se de uma revisão de bibliografia e análise de dados (pesquisa quantitativa) para explicar os índices dessa violência e suas consequências por meio de artigos científicos, livros e pesquisas feitas com vítimas, publicadas em bases de dados de pesquisas indexadas.

INTRODUÇÃO

A priori, a pesquisa tratou em analisar o desenvolvimento da mulher do decorrer da história, para assim expor os tipos penais anteriormente vigente, que em muitos casos não protegia a mulher do perpetrador da violência sexual no Brasil. Nessa perspectiva, foi divulgado os índices atuais de violência sexual no Brasil e o tipo penal vigente para proteção da vítima e penalização do “agressor”. Assim, após compreender tipo geral, a pesquisa aprofundou-se em tratar da perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente e suas contribuições legislativas com relação à penalização ao indivíduo que comete violência sexual contra esse polo passivo. Na sequência, as consequências psicológicas para as meninas que sofreram abuso foram compreendidas por meio de leitura de artigos científicos na perspectiva de psicólogos entrevistados. A pesquisa pautou-se em evidenciar quais eram as decorrências que mais se sobressaíam e assim demonstrar a importância do

atendimento psicológico para o desenvolvimento da vítima. Ao tratar de acolhimento, fora explanado a atuação da rede de enfrentamento a violência sexual no Brasil, a qual é composta por diversos entes públicos descentralizados e sua atuação de forma interligada e crucial para a proteção desta. Assim, no mês em questão, foi analisado o caminho que existe nessa rede para que a vítima tenha êxito na obtenção de seus direitos e acompanhamento psicológico, a fim de auxiliá-la em seu tratamento após esse evento traumático. Ao longo do texto, foi também ressaltado o trabalho da Escola para reconhecer os possíveis sinais de uma criança/ adolescente que está em situação de violência para assim ajudá-la. A pesquisa buscou também demonstrar a necessidade de políticas públicas, como a campanha nacional maio laranja, que visa conscientizar a população acerca da violência e exploração sexual com crianças e adolescentes. E por fim, a pesquisa nos últimos meses buscou trabalhar o funcionamento da rede de acolhimento no âmbito regional, ou seja, da cidade de Maringá- Paraná.

OBJETIVOS: Identificar por meio de uma análise normativa e social a recorrência da violência sexual contra meninas no Brasil, nesse viés a pesquisa expôs índices de violência sexual no Brasil por meio de análises de dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; tratar da contribuição do Estatuto da Criança e do Adolescente em relação ao enfrentamento do abuso sexual. Por meio de análise de pesquisas e artigos redigidos por estudiosos da psicologia, buscou evidenciar as principais consequências nas meninas que foram submetidas a violência sexual e a importância da escola na percepção das meninas e adolescentes que estão em situação de violência, já que em 80% dos casos, o autor de violência é alguém da família ou conhecido próximo. Expor o funcionamento da rede de acolhimento a vítima e como os parentes não abusadores podem contribuir para acolhimento desta.

DESENVOLVIMENTO (MATERIAIS E MÉTODOS): Trata-se de uma de uma revisão integrativa da literatura, de capítulos de livros e artigos publicados na base de dados eletrônica.

RESULTADOS: observou-se que o número de **meninas** de até **13 anos** que sofreram **violência sexual no Brasil** é predominante. Constatou-se que a escola é fundamental para realizar as denúncias e acolher primariamente a criança, também essa muitas vezes é responsável por inseri-la na rede de acolhimento a pessoas que sofreram violência sexual. Percebeu-se que em muitos casos a criança **não entende que a violência sofrida é algo atípico** e errado nas relações familiares e ainda que interfere de forma negativa no desenvolvimento psicológico desta. Os **impactos da**

violência sexual são **menores** na esfera psicológica, quando a pessoa é **acolhida** por seus parentes não “abusadores” e consegue ter acesso a algum **tratamento psicológico**.

Na região de Maringá, uma pesquisa realizada pela instituição de Apoio à Saúde São Rafael com parentes e vítimas de violência sexual, **demonstrou que 70 % dos** pacientes que realizavam **tratamento psicológico** na instituição de Apoio tiveram **melhoras significativas nos sintomas apresentados**. As mães desses ressaltam que após o tratamento psicológico na instituição conseguiram socializar, os pensamentos suicidas cessaram e voltaram a brincar normalmente. (FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2023, online).

Assim, quanto as ocorrências registradas de **violência sexual contra as mulheres na cidade de Maringá**, o montante de casos contabilizados **desde 2020 até 2024 foi de 1.257 casos** de acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Paraná (SESP, 2024, online), dentro dessa estimativa 100 desses casos são atinentes ano de 2024, demonstrando como a temática é incidente no âmbito regional.

O Protocolo de proteção à mulher, criança e adolescente vítimas de violência sexual, doméstica e intrafamiliar feito em 2008 e revisado em 2012 pela Secretária da Saúde do Município de Maringá, na página 12, estabeleceu que nos casos que a atingida pela violência é menor de 18 anos, será encaminhada para a autoridade policial específica, NUCRIA e a rede de apoio composta pelo CRAS, CREAS, ONGs,

CONCLUSÕES

Com a presente pesquisa, foi possível observar que o número de **meninas** de até **13 anos** que sofreram **violência sexual no Brasil** é predominante entre outras faixas etárias. Constatou-se que a escola é fundamental para realizar as denúncias e acolher primariamente a criança, também essa muitas vezes é responsável por inseri-la na rede de acolhimento a pessoas que sofreram violência sexual. Percebeu-se que em muitos casos a criança **não entende que a violência sofrida é algo atípico** e errado nas relações familiares e ainda que interfere de forma negativa no desenvolvimento psicológico desta. Os **impactos da violência sexual** são **menores** na esfera psicológica, quando a pessoa é **acolhida** por seus parentes não “abusadores” e está realiza **tratamento psicológico**.

Restou evidente a importância de incentivar cada vez mais estudos no campo interdisciplinar entre direito e psicologia, pois é fundamental compreender os tipos penais desenvolvidos ao longo do tempo e suas mudanças. Nessa senda, no

tocante ao acolhimento da vítima, faz-se necessário afastá-la do “abusador” e além de denunciá-lo é fundamental um parente não abusador respeitar o tempo de criança e sempre o acolher. É também fundamental a formação das agentes escolares (professoras/es e demais equipes) no sentido de estarem preparados para receber esse problema tão significativo da segurança pública. No âmbito psicológico, conclui-se que as crianças que tiveram esse tratamento, as consequências no desenvolvimento psicológico e social foram menores, portanto, é fundamental fortalecer os equipamentos da rede de saúde mental no sentido de ter condições de acolher esta demanda.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPQ, Fundação Araucária, pelo incentivo financeiro ao desenvolvimento à pesquisa, à minha orientadora, professora Crishna Mirella de Andrade Correa e a Deus e minha família por todo apoio.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Conheça o projeto que ficou em segundo lugar no Prêmio Criança. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/noticias/conheca-o-projeto-que-ficou-em-segundo-lugar-no-premio-crianca>. Acesso em: 28 ago. 2024.

INSTITUTO LIBERTA. Tina, vítima de violência sexual dos 2 aos 14 anos. Conheça a sua história. Youtube, 6 jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CJi-0sS0bAk>. Acesso em: 20 de março de 2024.

MARINGÁ, PREFEITURA MUNICIPAL DE. Nota sobre a criança e o adolescente. Prefeitura Municipal de Maringá, 2024. Disponível em: <http://www3.maringa.pr.gov.br/cdn-imprensa/nota-crianca-adolescente.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MARINGÁ POST. Alarmante: registros de violência sexual atingem 27 ocorrências por dia no PR. Maringá Post, 12 jun. 2024. Disponível em: <https://maringapost.com.br/destaque/2024/06/12/alarmante-registros-de-violencia-sexual-atingem-27-ocorrencias-por-dia-no-pr/>. Acesso em: 29 ago. 2024.